

NATUREZA, CAFEICULTURA E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO OESTE DE SÃO PAULO: AS IDEIAS DE CARLOS ILIDRO DA SILVA (1860 – 1864)

Karina Barbosa Sousa Quiroga¹
Gilmar Arruda²

Resumo: O presente artigo analisa as ideias Carlos Ilidro da Silva, agricultor atuante em Itu-SP, na década de 1860, sobre as condições e soluções para superar o denominado atraso da agricultura naquele período. Propõe para isso, ao invés de abrir novas áreas para agricultura, a recuperação das áreas degradadas através da mecanização, do aproveitamento de matérias vegetais, da utilização de experimentos químicos, da criação de companhias agrícolas e a da preservação de matas e florestas. Nossas principais fontes de pesquisa foram os periódicos editados por Carlos Ilidro e os artigos publicados em jornais de maior circulação na Província de São Paulo.

Palavras-chaves: agricultura; mecanização; preservação; cafeicultura.

Abstract: This article examines the ideas of Ilidro Carlos da Silva, a farmer active in Itu-SP, in the 1860s, and interested in the conditions and solutions to overcome the so-called backwardness of agriculture in that period. Proposed for this, instead of opening new areas for agriculture, the recovery of degraded areas through mechanization, use of plant materials, use of chemical experiments, the creation of agricultural enterprises and the preservation of woods and forests. Our main research sources were edited by Carlos Ilidro journals and articles published in major newspapers in the Province of São Paulo.

Keywords: agriculture; mechanization; preservation; coffee.

Em meados do século XIX a proibição definitiva do tráfico de novos homens escravizados para o Brasil impôs aos cafeicultores, especialmente nas regiões de expansão, o oeste de S.Paulo, a

¹ Mestre em História Social pela UEL.

² Professor Doutor do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UEL.

Tempos Históricos	Volume 15 - 2º Semestre – 2011 – p. 269 - 298 ISSN 1517-4689 (versão impressa) • 1983-1463 (versão eletrônica)
----------------------	---

necessidade de resolver a questão da demanda de mão-de-obra. Uma das soluções postas em prática foi o processo conhecido como o tráfico interprovincial de escravos do norte/nordeste do país para o sudeste. Duas outras propostas também começavam a circular, quais sejam, a importação de trabalhadores da Europa e o acirramento de legislação repressora sobre os trabalhadores livres nacionais. Porém, para que a solução ‘definitiva’ fosse encontrada, a inundação do mercado de trabalho por migrantes europeus teria que esperar até a década de 1880, quando os cafeicultores paulistas conseguiram impor o seu projeto ao conjunto dos demais proprietários de terras e cafeicultores do país.

Verena Stolcke (STOLCKE , 1986: 17-52), argumentou, que a pressão por mão de obra exigida pela expansão da cafeicultura foi, momentaneamente, aliviada pela mecanização de determinadas etapas do processo de produção, como no beneficiamento, com a introdução de máquinas de beneficiamento e no transporte com as ferrovias. Assim, os escravos que se dedicavam a estas etapas foram deslocados para a produção direta.

Este processo de mecanização de parte do processo de produção da cafeicultura também havia sido interpretado pela historiografia como resultado de uma visão moderna destes cafeicultores, o que viria a justificar a adesão ao projeto republicano, entendido como a ‘modernização’ das relações de produção no Brasil. A idéia de modernização concebida pelos republicanos tem sido criticada pela historiografia mais recente, demonstrando que o ‘progresso a qualquer custo’ e a ‘atualização com os tempos do mundo civilizado’ representou para a maioria da população a exclusão e a violência.(SEVCENKO, 2003: 07-27).

Porém, as interpretações sobre o ideário de modernização em circulação no país no último quartel do século XIX, evidenciado

no surgimento da geração de 70, na introdução das ferrovias, na expansão da cafeicultura, na urbanização e no próprio movimento republicano, indicam quase que consensualmente que ele representava a incorporação das características da modernidade sem nenhuma crítica ou ressalva. Nesse sentido, a mentalidade moderna teria contribuído para reforçar, ou justificar, as relações sociais existentes no Brasil, assim como o processo de incorporação das fronteiras da produção capitalista através da violenta exclusão dos homens livres pobres e dos grupos indígenas residentes nos 'sertões'. A expansão das transformações oriundas da revolução tecnocientífica teria apenas acelerado o modelo anterior de exploração dos recursos naturais, ampliando a velocidade e a escala da depredação, com a introdução da maquinaria e da demanda por matérias primas e estimulantes, como o café, modelo que vinha sendo praticado desde a chegada dos europeus no século XVI.

Entretanto, pesquisas mais recentes vêm apontando que havia uma outra tradição de pensamento que, desde pelo menos o final do século XVIII, se mostrava crítica em relação ao modelo de exploração dos recursos naturais no Brasil. Nesse sentido, ao contrário da tendência em considerar as discussões sobre a natureza e seus recursos como sendo contemporâneos, a historiografia vem retrocedendo a cronologia desse debate, que ocorria no Brasil desde o século XVIII. (PADUA, 2004). Um dos momentos mais evidentes dessa tradição teria sido a atuação do estadista José Bonifácio, que reafirmou no Brasil a preocupação com a preservação dos recursos naturais e a importância da crítica ao colonialismo predatório e à destruição do ambiente natural como preço do progresso.

José Augusto Pádua procurou relacionar os discursos desses pensadores, e notou apesar do distanciamento temporal que houve uma certa continuidade, perceptível em remissões e citações desses autores. O que percebemos é que o sentimento de

preocupação em torno da natureza encontra suas raízes já no pensamento de Bonifácio e nos debates posteriores que procuraram dialogar entre si.

Assim, Pádua procura redefinir um capítulo da história do pensamento ambiental brasileiro, cujo início remonta ao final do séc XVIII, mas que esteve alijado das reflexões ambientalistas contemporâneas. Ele afirma o caráter minoritário dessa reflexão, que comprovadamente não alcançou grande aplicabilidade política e acabou se restringindo ao plano das ideias, apesar de muitos dos críticos daquele período terem exercido funções privilegiadas no palco político brasileiro:

A discussão permaneceu restrita ao plano das idéias. Seus participantes não lograram promover ou influenciar políticas públicas que impulsionassem o enfrentamento da destruição ambiental, a não ser em alguns poucos casos, como no excepcionalmente bem-sucedido processo de restauração da floresta da Tijuca, entre 1861 e 1874. (PADUA, 2003: 31).

O objetivo desse artigo, porém, é demonstrar que existem evidências de que alguns dos debates presentes nessa tradição ultrapassaram o plano das ideias e foram colocados em prática, como as ações do agricultor Carlos Ilidro da Silva entre os anos de 1860 e 1864 no município de Itu-SP, entre os quais a proposta de estabelecimento de uma fazenda modelo e suas ideias a respeito da mecanização da agricultura e da preservação da natureza.

Carlos Ilidro da Silva formou-se em Direito em 1838, exerceu mandato na câmara de São Roque entre os anos de 1841 e 1845 e viveu em Itu entre os anos de 1860 e 1867. Foi nesse município que desenvolveu uma escola agrícola, mantida em funcionamento em sua *Fazenda Modelo*, fundada em 1860.

A criação da Fazenda teve como finalidade instruir os agricultores da região sobre os métodos mais modernos de cultivo e

trabalho com o solo, sobre a utilização de maquinários aratórios e também a respeito da importância da utilização de adubos e a necessidade de conservação das matas para a agricultura. Fez parte das suas propostas editar um periódico – *O Agricultor Paulista* – no qual discorreu sobre os mais variados gêneros agrícolas e a respeito dos melhores meios para o aproveitamento dos terrenos e obtenção de boas colheitas. O agricultor editava paralelamente um jornal quinzenal – *O 25 de Março* – cuja finalidade era discutir assuntos ligados diretamente ao município e tecer alguns comentários pontuais sobre a atuação de alguns políticos que influenciavam diretamente suas ações.

O periódico *Agricultor Paulista* era publicado quinzenalmente e recebia contribuições de pessoas interessadas no assunto, as quais deveriam procurar o escritório do agricultor localizado na rua Direita, nº 45 em Itu. Para os assinantes, residentes em Itu, era cobrado um valor de 12U000³ réis por ano e para os demais, cobrava-se um valor de 13U000 réis por ano.

O pensamento de Carlos Ilidro mantinha ligação com intelectuais da época que procuraram refletir sobre a natureza e seus recursos, sobre métodos considerados rotineiros e alternativas para o progresso agrícola do Brasil. No limite, a maior parte desses pensadores pertencia ao círculo institucional do Império⁴, o que condicionava suas observações. Nesse sentido, percebemos que o contato de Ilidro com esses intelectuais favoreceu a disseminação da discussão sobre a utilização dos recursos naturais, associada ou não ao escravismo, latifúndio e à ideia de preservação. Apesar de bastante pontuais, e de certo modo isoladas, quando nos referimos a São Paulo, as reflexões de Ilidro apontam a continuidade das ideias que já estavam sendo debatidas no Brasil desde o século XVIII.

³ Doze réis.

⁴ Como exemplo citamos Burlamaque, do qual Ilidro recebeu artigos para publicação.

Em São Paulo não havia instituições voltadas para o aperfeiçoamento da agricultura, porém algumas iniciativas, como a de Ilidro, demonstram a amplitude das reflexões elaboradas a respeito do estado da agricultura no país e a conseqüente relação com a natureza. Representa, desse modo, um avanço nos limites das discussões que até então foram, em grande medida, abordadas no escopo institucional do Império.

Pelo fato do agricultor ter escolhido para a implementação do seu projeto o município de Itu, é importante uma breve discussão das características físicas da região. Itu é um município brasileiro do estado de São Paulo localizado a uma latitude 23°15'51" sul e a uma longitude 47°17'57" oeste, estando a uma altitude de 583 metros. O município está localizado a 102 km da capital do estado e possui uma área de aproximadamente 640km². Em relação à toponímia da área existem duas explicações. A primeira e mais amplamente difundida é a de que Itu provém de nome de origem Tupi, que significa Cachoeira ou Salto. A segunda indica o nome de uma árvore da espécie das leguminosas. (TRINDADE e TOSCANO, s/d).

A cidade situa-se em terreno ondulado que decai para os lados em direção a dois pequenos ribeiros, que lhe serviram desde o princípio do povoado de limite e fonte de abastecimento de água.⁵ O rio Tietê atravessa grande parte desse território, sendo este banhado por grande número de ribeirões: “Pirapitingui, Pirahy, Itaim, Pinhal, Guaraú, Caiacatinga, Apotribú, Cajurú, Coragomes, Braiaiaí, Ingá e outros”. (NARDY FILHO, 2000: 62).

Hoje é identificado que o solo da região possui uma baixa fertilidade, com ocorrência de erosão, sendo que nas áreas serranas

⁵ Já no início do século XIX a falta d'água tornou-se um grave problema pra a cidade. Para soluçiona-lo, conta-nos Nardy, foram construídos dois chafarizes entre 1820 e 1821 por iniciativa do padre Antonio Pacheco da Silva. Com o passar dos anos pouca ou nenhuma atenção foi dada a esse problema. A partir da dec. de 1850 o tema passou a estar na pauta das reuniões da Câmara. As tentativas foram vãs até o ano de 1886, quando se iniciou a construção da primeira caixa d'água da cidade. (NARDY FILHO, 2000: 209-226).

há pouca profundidade. O Instituto Agronômico de Campinas classificou a região da Depressão em Itu numa classe para agricultura anual e perene, sujeita à erosão laminar e areolar com sulcos severos. Já na região serrana, onde se registraram declives acentuados de 40% e erosão moderada, as culturas indicadas foram as de cana-de-açúcar, banana, citricultura, abacaxi, soja, girassol e amendoim. Entretanto, do ponto de vista pedológico, as condições são inadequadas para todos os tipos de cultura, visto a declividade moderada e forte, fertilidade baixa, relevo ondulado e fortemente ondulado, restrição severa à mecanização e problemas complexos de preservação do solo. Desse modo, podemos hoje afirmar que o município de Itu possui características pouco favoráveis à agricultura, o que se verifica quando analisamos a fase extremamente rápida da alta produção açucareira e posteriormente cafeeira. (NARDY FILHO, 2000: 14).

Nas regiões serranas ao Sul é visível a cobertura vegetal primitiva – a mata latifoliada tropical, onde é possível encontrar algumas araucárias isoladas. Entretanto, na Depressão Paleozóica o solo pobre favoreceu a ocorrência de campos limpos, em parte substituídos por reflorestamento e cultura de cereais. Os cerrados e campos limpos concentram-se na Depressão Periférica e representam 2,5% da cobertura primitiva do Estado de São Paulo. (SADER, s/d: 15).

É importante refletir sobre a relação estabelecida entre as características do meio físico e natural da região de Itu e o conjunto do ideário de Carlos Ilidro da Silva. O conjunto do seu pensamento, o qual versava, sobretudo, a respeito de alternativas para melhorar a produção em terras de segunda ordem, através do emprego de instrumentos aratórios e outras técnicas, estava relacionado às dificuldades encontradas por ele e outros agricultores na região,

devido à baixa produtividade do solo e relevo excessivamente ondulado e com grandes restrições à mecanização.

O conhecimento dessas barreiras por parte de Carlos Ilidro o influenciou na aplicação e adaptação de modelos importados de máquinas agrícolas, na tentativa de superar a baixa produtividade. Ou seja, em parte, as condições naturais condicionaram o surgimento de muitas de suas propostas, principalmente no que tange aos métodos para superação do que ele considerava ‘entraves’ para a agricultura. Duas hipóteses podem ser lançadas para a compreensão das atividades desenvolvidas por Carlos Ilidro. A primeira, talvez a mais promissora, diz respeito à vocação científica do agricultor. Sua fazenda São Carlos aparece como uma *Fazenda Modelo*, pois servia de laboratório e como campo de demonstração aos demais agricultores. Ilidro realizava experimentos que iam da aclimação das melhores tipos de sementes para a região, como fez com o chá verde e preto, até adaptações aos arados importados dos Estados Unidos e Europa. Sua proposta estava vinculada ao reconhecimento que poderia obter com suas pesquisas. Obviamente os bons resultados dessas pesquisas culminariam em boa produtividade, a ponto de em vários momentos os dados quantitativos serem apresentados em comparação aos métodos tradicionais. A segunda hipótese, complementar à primeira, refere-se ao aparato institucional ao qual ele esteve vinculado, sobretudo através de sua associação a SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a qual teria sido a origem e o lugar de contato com algumas ideias que nortearam seu pensamento referente à natureza e à agricultura, conforme mencionaremos adiante.

As experiências e a circulação dos ideários presentes na SAIN são aspectos complementares no entendimento dos objetivos do agricultor Carlos Ilidro da Silva, que era realizar experiências sobre

novas culturas e ensinar aos fazendeiros novos métodos agrícolas para que pudessem usufruir melhor das suas terras “delas tirando maiores frutos com menor dispêndio e tornando-lhes conhecidas diversas máquinas e instrumentos agrícolas e modo de usá-los”. (SADER, s/d: 35).

As novas técnicas e a introdução de equipamentos podem ser vistas como recursos para aumentar a taxa de exploração e a lucratividade econômica dos produtores. Através das máquinas de beneficiamento do café e de outros instrumentos introduzidos na região do Oeste Paulista, como o arado e a máquina carpideira, os agricultores puderam superar o declínio da mão-de-obra escrava. Essa iniciativa, para a Iraci Galvão Salles, foi uma maneira de se poupar trabalho e melhorar a exploração da terra, visto a iminência da abolição, pois há uma década o tráfico externo de escravos diminuía significativamente. (SALLES, 1986).

Dessa forma, esses recursos técnicos não podem, segundo Salles, ser analisados dissociados da conjuntura política e social do processo de abolição gradativa do trabalho escravo. Os novos instrumentos incorporados pelos agricultores representavam uma necessidade de inserção na dinâmica do mercado internacional do café. (SALLES, 1986: 81).

As atividades e propostas de Carlos Ilidro da Silva estiveram constantemente associadas a ideia de revigoração do solo, desde o emprego de capitais até seus artigos nos periódicos. Segundo Canabrava, para a compra da *Fazenda São Carlos*, Ilidro empregara todo o seu capital, que era superior a 40:000\$000⁶, sem, no entanto, esperar retorno nos primeiros três anos. Tratava-se de uma terra de segunda ordem, esgotada devido a anos de cultura sem descanso, a

⁶ 40 contos de réis.

qual propunha recuperar de modo a compensar largamente seus gastos na produção. (CANABRAVA, 1984: 37).

Os recursos financeiros utilizados por Ilidro eram em parte próprios, como mencionado acima, e provavelmente advindos dos lucros que obtinha com a produção de café, mas também recorreu a empréstimos solicitados a Província de S.Paulo.

Em relação aos empréstimos, fora autorizado em 27 de janeiro de 1861 a entrega dos 15:000\$000 em prestações de três contos de réis, de acordo com a disponibilidade dos cofres provinciais. Para a garantia da dívida, seus 18 escravos foram hipotecados. Além disso, apresentou fiadores, os quais foram desonerados em 1863, quando foi realizada nova hipoteca dos seus bens.

Com o ofício de 20 do mesmo mês recebi do chefe daquela repartição o contrato por ela celebrado com o procurador do Dr. Carlos Ilidro da Silva, nos termos e com as cláusulas, que a lei estabelecera, sendo garantido o adiantamento e auxílio que dos ditos 15 contos de réis davam aos cofres da província com o estabelecimento agrícola da parte, e com dezoito escravos de sua propriedade no valor de 19 contos de réis, afiançados e recebidos como hipoteca, e recebida aquela importância em prestações mensais de 3 contos de réis quando permitirem as forças da caixa e em caso contrário nunca menores que 1 conto. (HENRIQUES, 1861: 40).

A fundação do periódico *Agricultor Paulista* configurou-se como uma das exigências legais do projeto aprovado pela Província, que previa a concessão do empréstimo. Percebe-se que as obrigações do agricultor e o alto valor dos bens hipotecados revelam a dificuldade em se obter empréstimos naquele momento.

Surpreendido pelo falecimento da esposa, obrigado ao inventário de bens para instruir a hipoteca, apresentou como fiador o negociante João Otavio Nebias, residente em Santos, aceito pelo tesouro provincial em Setembro de

1860, e desonerado em Outubro de 1863, quando o Estado recebeu a hipoteca dos bens do interessado, ou seja, a fazenda São Carlos. (CANABRAVA, 1979: 1179).

A vida útil da fazenda não foi longa, pois segundo dados do período lançados pela Câmara Municipal de Itu nos anos de 1864 e 1865, a fazenda deixara de produzir, pois não possuía recursos suficientes e os seus resultados foram praticamente nulos. (CANABRAVA, 1984: 57). Embora, o fracasso da iniciativa possa lançar luz em alguns aspectos da ação de Carlos Ilidrio, nosso interesse principal nesse artigo é o seu pensamento expresso em suas publicações.

Entretanto, apesar do aparente fracasso e curta existência da Fazenda Modelo, o grande interesse pelas terras de segunda ordem e abandonadas para poupar as terras virgens, que nortearam em grande medida as experiências de Ilidro, reforça os significados nas alternativas sugeridas para transformar o sistema de produção agrícola. Além disso, seu esforço em empregar e adaptar máquinas e instrumentos agrícolas relaciona-se com o que os fazendeiros do período apontaram como um dos maiores problemas de sua época para o desenvolvimento da agricultura, que seriam a elevação dos preços dos escravos e a escassez de mão-de-obra. Ainda assim, a opção pelas máquinas e instrumentos parecia estar associada não só a substituição dos escravos, mas também a um fetiche da maquinaria na modernidade.

A influência que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional exerceu em suas iniciativas foi expressiva, pois ela articulava ações no campo da agricultura intermediando as relações entre os agricultores e o ministério.⁷ Desse modo, consideramos que as ideias que embasaram o projeto de Ilidro para a fundação da

⁷ Em relação a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Canabrava afirma que em alguns momentos ela esteve estreitamente ligada as ações do ministério, exercendo trabalhos burocráticos e teóricos. Ainda assim, manteve seu caráter particular, exercendo, para além das iniciativas ministeriais, projetos próprios. (CANABRAVA, 1984: p. 26-29).

Fazenda Modelo evidenciam uma opinião disseminada pelo país entre alguns fazendeiros e autoridades públicas empenhados na modernização dos processos agrícolas. A SAIN, portanto, funcionava como elo entre as ações públicas e as iniciativas particulares dos agricultores.

A partir da segunda metade do século XIX o avanço da agricultura, principalmente das plantações de café, contribuiu significativamente para extinção de grande parte da floresta nativa de São Paulo. Por outro lado, torna-se evidente que o debate acerca dos recursos, dos métodos de trabalho com o solo, das inovações técnicas etc, não desapareceu dos espaços institucionais durante o século XIX. Além desses espaços, iniciativas pontuais como a do agricultor Carlos Ilidro da Silva, com sua revista agrícola, procuravam já em 1860 disseminar entre os agricultores novos métodos de cultivo e trabalho da terra, atrelados ao ensino agrícola.

Como mencionamos anteriormente, a relação que o agricultor mantivera com a SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi de grande importância para seu trabalho. Vale ressaltar que a SAIN era uma sociedade que auxiliava o Ministério de Obras Públicas na divulgação das noções fundamentais de certas culturas, como a do algodoeiro. De acordo com Alice P. Canabrava, sempre que existia a necessidade de aplicação técnica, o Ministério utilizava serviços de instituições particulares, organizadas com aquela finalidade. Portanto, grande parte das colaborações que Ilidro recebia eram provenientes dessas instituições, das quais a que mais se evidenciou foi a SAIN. (CANABRAVA, 1984: 26-29).

Patrícia Regina Correa Barreto considera que a criação da SAIN marcou o estabelecimento do pensamento científico no Brasil através de uma associação de caráter privado, cujo objetivo era fomentar descobertas científicas, procedimentos e práticas que

favorecessem o progresso brasileiro, o desenvolvimento econômico e conquistas científico-tecnológicas. Ainda, de acordo com Barreto, a SAIN era uma sociedade que se propunha ser científica e reunia além de cientistas, homens letrados, políticos e homens de negócios, com o objetivo de explorar a natureza e colocá-la a serviço do progresso do país. (BARRETO, 2009: 3 – 4).

A SAIN, fundada em 1831, surgira sob a jurisdição do governo e esteve ligada ao Ministério dos Negócios do Império e posteriormente ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras. Em 1860 passou a funcionar como órgão consultivo do Estado, auxiliando e incentivando aos que se dispusessem e desenvolver novas máquinas agrícolas. Mesmo sendo uma sociedade civil de direito privado, possuía enquadramento ministerial, patrocínio do estado e membros encarregados de oferecer privilégios públicos.

De acordo com seus primeiros estatutos, objetivava-se adquirir projetos, máquinas, modelos e inventos que pudessem contribuir para “o aumento e a prosperidade da indústria nacional neste Império”. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional esteve voltada, prioritariamente, para transformação de uma agricultura rotineira e esgotadora baseada no machado e na coivara, em uma atividade moderna revigorada por insumos, pelo desenvolvimento e adaptação tecnológica, tropicalização e variedades de culturas, resultando na retomada e expansão agrícola, perfazendo a vocação das terras brasileiras: elemento de grandeza e prosperidade de futuras gerações. Teve como fim a melhoria do processo produtivo através da introdução de inovações técnicas produzidas pelo conhecimento científico. (BARRETO, s/d: 3-4).

Segundo Barreto também fazia parte dos objetivos da Auxiliadora a criação de escolas Normais e de uma Escola Agrícola. Nesse sentido, em 1838 a Sociedade solicitou ao Governo Imperial a concessão de parte das terras da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, para que ali se estabelecesse uma Escola Normal e uma Escola Agrícola para prática laboratorial. Em 1854 houve a proposta

de estabelecimento de uma Fazenda Modelo – o Farol Agrícola Industrial, também no Rio de Janeiro – que funcionou por dois anos, mas por falta de investimentos encerrou seus trabalhos pouco tempo depois.

Para André Luis Alípio de Andrade, a aquisição de máquinas era também o objetivo principal da SAIN, mas sua finalidade era atender a outras questões ligadas à produção, dentre as quais o problema da substituição da mão-de-obra escrava. Nesse sentido, em várias ocasiões os membros da Auxiliadora procuraram lançar as vantagens que resultariam para a agricultura se houvesse incentivo à introdução de colonos livres no Brasil. (ANDRADE, 2002: 40).

A análise desenvolvida por Barreto permite-nos comparar e notar que os objetivos da SAIN eram muito próximos daqueles defendidos pelo agricultor Carlos Ilidro da Silva. Coincidentemente, no momento em que a SAIN passou a funcionar como órgão consultivo do Império, Ilidro iniciou a publicação do *Agricultor Paulista*. O contato que ele mantinha com os membros da SAIN parece ter motivado a iniciar seu projeto. A estreita relação que Carlos Ilidro mantinha com a SAIN ficou evidente no *Agricultor Paulista*, pois reproduziu uma série de artigos editados por essa instituição:

Por intermédio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional recebeu este agricultor uma boa porção de sementes de algodoeiro 'Sea-Island', importadas diretamente dos Estados Unidos, e outra porção da variedade índica, cultivada na Província do Maranhão, provenientes de sementes importadas dos Estados Unidos. Estas sementes foram plantadas em novembro e dezembro, respectivamente, do ano de 1862. Em Julho de 1863 estava Carlos Ilidro da Silva em pleno trabalho de colheita. As sementes dessa primeira cultura do algodão herbáceo, segundo comunicação daquele fazendeiro, foram gratuitamente distribuídas entre 133 agricultores de dezesseis municípios da Província. Concomitantemente às primeiras sementeiras de 1862,

outras se faziam em Itu, por alguns lavradores do município, os quais haviam conseguido sementes por intermédio de amigos. (CANABRAVA, 1984: 50).

As relações mantidas entre o agricultor e outros pensadores daquela época, através, por exemplo, da SAIN, incentivou a efetivação do seu projeto de divulgação no interior da província de São Paulo. Considerando que a divulgação era uma exigência legal para obtenção do empréstimo, a criação do *Agricultor Paulista* foi um dos meios pelos quais Carlos Ilidro difundiu as suas ideias de modernização e aproveitamento de matérias orgânicas. O periódico editado durante o ano em que ele aguardava a liberação do recurso contratado, revela o interesse em tornar pública sua proposta de elaboração de uma Fazenda Modelo, bem como explicitar alternativas para a transformação dos métodos de produção agrícola.

Desse modo, através da SAIN, Carlos Ilidro manteve contato com o Sr. Dr. Frederico Leopoldo César Burlamaque durante os anos em que publicou seus artigos. Burlamaque foi um dos críticos que apontou a relação entre o escravismo, o atraso econômico e o social do país. Herdeiro intelectual de José Bonifácio era engenheiro de formação e tornou-se, no início de sua carreira intelectual, diretor do Museu Nacional e posteriormente secretário perpétuo da SAIN. (PADUA, 2004, p. 228).

Para Burlamaque a escravidão fora sempre um dos aspectos da ruína nacional e fator de contaminação das faculdades industriais. Para ele a persistência em conservar a escravidão era um dos perigos mais graves, pois além de improdutiva era ambientalmente destruidora. Nesse sentido, a escravidão era apontada como desumana e inútil e contrária aos interesses de todos. (PADUA, 2004: 229). Além disso, o autor também criticava a monocultura, enfatizando a necessidade de diversificação da produção com a finalidade de manter a produtividade da terra, pois a

monocultura, ao contrário, provocava enormes desmatamentos e consequentes males ao país.

No artigo de Burlamaque, *Mechanica Agrícola*, publicado no *Agricultor Paulista*, em 1860, ele propunha a economia de braços e aumento da produção agrícola facilitando o acesso e o uso de instrumentos mecânicos, exemplificando com os Estados Unidos:

Não tentaremos aqui, como acima dissemos fazer uma dissertação sobre as inelutáveis vantagens das máquinas agrárias, e daqueles que servem para a preparação dos produtos agrícolas. Citaremos um exemplo, o dos Estados Unidos, que graças à vulgarização do uso de suas máquinas, conseguiu chegar, nestes últimos 12 ou 16 anos a uma inaudita prosperidade agrícola. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº 04, 1860: 66).

A vantagem do uso das máquinas agrícolas estava associada ao aumento da produção em um intervalo menor de tempo, sem que houvesse a necessidade de aumentar a área de plantação. As máquinas que deveriam ser utilizadas seriam os chamados extirpadores e cultivadores, que favoreceriam o melhor tratamento das plantações, a economia de braços e a capina dos cafezais.

Não obtivemos notícia de um só que tenha adotado os Extirpadores ou cultivadores de uso universal, e cujo emprego produz imensa economia de braços que podem ser aplicados à cultura dos gêneros alimentares, e a qualquer outra adição às fazendas de café [...] Observa-se ainda que o serviço feito pelos cultivadores é mais perfeito, do que aquele que se obtém a mão por meio da enxada ordinária, e com quanto não deixe perfeitamente limpo o pé da planta ou arvoredor, pelo perigo de ser estragado aproximando muito o instrumento, é contudo tão pequeno, o que resta a fazer a mão que não vale a pena mencionar, tomando por base o número que ficou dito, e que todos hão de verificar na prática ser muito superior. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº 07, 1860: 01).

É possível perceber, através do periódico, o acesso de Carlos Ilidro aos manuais impressos pela SAIN, nos quais era possível tomar conhecimento dos mais variados modelos de máquinas agrícolas, colocando-os à venda para os agricultores da cidade de Itu. Pretendia com isso ampliar o acesso dos agricultores à instrução agrícola. (O AGRICULTOR PAULISTA, 1860, nº 7: 01).

Carlos Ilidro direcionava parte de suas críticas ao modelo de colonização utilizado no Brasil que, segundo ele, sem preparo e sem educação agrícola, impedia o desenvolvimento industrial. Afirmava que se tivessem existido desde seu ponto de partida, algumas divisões regionais de acordo com as vocações agrícolas, a agricultura seria mais vantajosa, com adaptações mais convenientes das culturas ao solo. Entretanto, a única razão determinante para o estabelecimento das culturas foi a facilidade do cultivo e da exportação, não se aproveitando a aptidão de cada região, o que as tornavam menos produtivas. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº 07, 1860: 01).

O autor acrescentava à crítica ao sistema colonial brasileiro a ideia de um colapso econômico futuro, que estaria associado a um grave problema dos transportes do café e de outros gêneros coloniais. A solução mais salutar, outra vez estava na utilização do arado, que poderia restabelecer as condições gerais da terra vegetal exaurida na primeira geração do cafeeiro e prepará-la para sustentar as futuras gerações. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº 07, 1860: 50).

Sua convicção de que seria possível revigorar terras esgotadas o fez apresentar diversos artigos referentes a cultura dos prados artificiais:

Quando a cultura dos prados artificiais não produzisse outro benefício senão aquele do melhoramento das terras

safadas, estaria no caso de merecer toda a atenção e cuidados dos fazendeiros, [...] visto ser de primeira intuição, uma vez que tem por fim fazer produzir em terreno inutilizado, obtendo-se imediatamente um fruto, e o melhoramento do solo abandonado [...]. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº 08, 1860: 142).

Para Carlos Ilidro, de fato havia a necessidade de utilização de recursos das florestas para a agricultura, mas o problema seria remediado se fosse possível a introdução no país do aproveitamento de matérias vegetais perdidas, das quais destacava as provenientes das limpezas de plantações, afirmando que: “Os arbustos produzem maior quantidade de cinzas do que as árvores; as folhas, mais do que os ramos; os ramos mais do que os troncos”. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº 19, 1860: 373).

Para o agricultor o caminho fundamental para a o rompimento da barreira da rotina estaria na criação de Companhias Agrícolas e nas associações de agricultores que seriam um meio de revolucionar a agricultura;

Como indivíduo, vos asseguro, ninguém ou quase ninguém se importará de andar um passo além da rotina, paralíticos que somos todos pelo temor do risco, que sempre se atribui ao novo e desconhecido. Conhecendo mesmo os erros e defeitos de nossos sistemas e processos isolados, seremos sempre a eles aferrados, salvo raras exceções, que se perdem no grande pego das indiferenças e do estacionarismo. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº 21, 1860: 412).

Ilidro enfatizava a importância de se formar Associações e Escolas Agrícolas, com o objetivo de aprimorar, através da técnica, a produtividade. A Escola Agrícola seria o centro de operações de uma nova era para a lavoura; um local onde se poderia reconhecer as vantagens da indústria inteligente sobre o método grosseiro da rotina

em que tanto vegetavam os agricultores. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº21, 1860: 414).

Algumas das considerações de Ilidro que mais chamam a atenção pautavam-se na defesa da importância das florestas para a agricultura. Essas reflexões completam o conjunto do seu ideário sobre a agricultura, o problema do escasseamento da mão de obra e o da necessidade de aumento da produtividade diante do progresso técnico. No que se refere aos recursos florestais, o agricultor afirmava que as matas dos terrenos pedregosos ou inclinados deveriam ser preservadas.

É porque já ouvimos alguns perguntarem o que hão de fazer de grande porção de terras pedregosas e montes alcantilados que possuem em suas fazendas, julgamos conveniente antecipar uma simples resposta que mais tarde desenvolveremos, é que devem destinar a criação das matas que espontaneamente fornecem um grande produto pelo corte das madeiras para construções, e que já vai se sentindo necessidade, e sobretudo pela salubridade do clima agrícola, porque as matas absorvem e entretêm a umidade [...] e purificam o ar e o ambiente de que todos precisamos, e que já não é o que foi em nossa província pela desastrosa extinção das matas, o pior dos malefícios da cega rotina. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº 02, 1860: 25).

Sua preocupação com a destruição das florestas, que já evidenciava alterações do clima estava, sobretudo, ligada aos malefícios que trazia à agricultura. Ainda assim, deixava transparecer que já era perceptível a escassez das madeiras devido à existência dos hábitos rotineiros entre os agricultores. Seu conselho era de que as áreas não aráveis deveriam ser preservadas para o corte da madeira e para manutenção da salubridade climática e do ar. Para ele, esses terrenos abandonados à criação das matas teriam um dia um imenso valor e aplicações que o progresso da agricultura indicaria no futuro. Portanto, na falta de maiores utilidades, o autor

sugeria que se mantivessem essas áreas em função do progresso agrícola.

Em oposição ao machado e ao fogo, Carlos Ilidro prometia grandes benefícios a partir do uso do arado. Afirmava que se a superabundância da vegetação era uma grande fonte de esterco, maiores fontes do que poderiam ser os currais e chiqueiros. Não era preciso, portanto, queimar as florestas para obter-se boa qualidade de produção. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº 02, 1860: 25).

Entretanto, se a conservação de florestas poderia ser útil e benéfica, ela não deveria ser mantida perto dos terreiros, pois, por maior que fosse o benefício ao ar atmosférico, o frescor e o orvalho que temperam os grandes calores, era uma má vizinhança, pela umidade excessiva que detinha na terra. Ao redor do terreiro, portanto, o conselho do agricultor paulista era de converter as matas em jardins, pomares e prados artificiais. Não aconselhava deixar o terreiro totalmente descoberto de algumas árvores, pois elas seriam responsáveis por temperar os rigores da insolação e favorecer a reparação do princípio respirável do ar. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº 02, 1860: 25).

A preocupação de Carlos Ilidro com o progresso da agricultura o levou a refletir sobre a salubridade do clima e sobre os fenômenos naturais prejudiciais à agricultura causados pela destruição das matas. No artigo: *Saneamento de um país se faz pela plantação de árvores*, descreveu estudos sobre a fisiologia vegetal e os benefícios que a preservação e o replantio de árvores poderiam trazer para a vida e para a agricultura.

Os que tem estudado a fisiologia vegetal sabem que as árvores absorvem a água por meio de suas folhas. Destas duas faculdades de absorção e evaporação, resulta, que possuem os grandes vegetais, que em todos os lugares onde existem muitas árvores não existem pântanos e

vice-versa. Concebe-se bem isto refletindo-se no duplo modo de funcionar das árvores, que absorvem pelas suas raízes a umidade contida na terra e a restituem à atmosfera por uma espécie de transpiração insensível de suas folhas: essa água, incessantemente dissolvida na atmosfera, é levada pelos ventos. Compreende-se, portanto facilmente que o melhor meio de dessecar um terreno é plantá-lo com árvore. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº 11, 1860: 210).

O clima e a salubridade do ar apareceram em suas reflexões associados ao problema do desmatamento, que com as chuvas torrenciais e os períodos de estiagem prolongada, se tornavam mais prejudiciais à agricultura.

Regularização das chuvas. – Durante a estação chuvosa, e em intervalos mais ou menos próximos, as chuvas torrenciais caem sobre a terra, a diluem demasiadamente e fazem muitas vezes apodrecer as sementes; essas chuvas fazem igualmente engrossar as torrentes que descem das montanhas, inundam as planícies e dão lugar a formação de pântanos, que secando mais tarde pela ação do calor solar deixam escapar esses eflúvios tão perigosos que resultam dos materiais vegetais adjacentes [...] Durante a estação seca, os campos ficam secos e as culturas sofrem muito, se não existem meios de fazer irrigações artificiais permanentes, ou por meio de reservatórios subterrâneos, tais como poços etc. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº 11, 1860: 210).

A solução para esses problemas estava associada à conservação das florestas, pois a umidade condensada em torno das árvores formaria nuvens, das quais cairiam chuvas regulares, que seriam em seguida absorvidas pelas árvores. Lentamente as planícies receberiam os detritos fertilizadores, sem que houvesse os prejuízos das chuvas torrenciais.

Deixando de parte a muito importante questão da produção das madeiras de construção e da lenha, a plantação das árvores, ou a não destruição dos bosques e floresta, ao menos no cimo das montanhas e colinas, é da

mais notória utilidade; porque elas saneiam a terra e a preservam de ficar arruinada pelas torrentes, diminuem a violência dos ventos, e, finalmente tornam mais salubre o ar de todo o país, decompondo os gases carbonados paludeanos (hidrogênio carbonado, ácido carbônico etc.), que misturados ao ar constituem uma poderosa causa de insalubridade. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº 11, 1860: 210).

A natureza, nesse sentido, foi apontada por ele como sendo de importância vital para os homens, o que demonstra a existência de uma sensibilidade em relação ao mundo natural. Quando o foco era o problema da escassez de lenha, citava o exemplo dos países europeus, que teriam solucionado a falta de lenha com o replantio de árvores:

O agrônomo Lavergne é de parecer que a destruição das florestas têm inconvenientes pouco graves nos países frios, mas que é extremamente nociva nos países quentes, que faz menos mal nas planícies que nas montanhas. Em toda parte, diz ele, quer o clima seja frio, quer quente, são desastrosos os efeitos que resultam em desguarnecer de árvores as montanhas, e mesmo as colinas e as inclinações escarpadas. Os lugares onde outrora floresceram muitas nações estão hoje reduzidos a desertos inóspitos pelo simples fato do derrubamento das florestas. A falta de madeiras tem obrigado a formar florestas artificiais, e pode-se dizer que a Europa replanta árvores: e essa cultura, que forma hoje um ramo particular da agricultura, começou pelos países mais frios do norte da Europa, que atualmente fazem um ativíssimo comércio com a florestas artificiais, plantadas e replantadas, e cuidadosamente tratadas. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº 11, 1860: 211).

Nenhuma região estaria isenta dos danos causados pelo desmatamento. Até mesmo a Europa, que segundo alguns, por ser de clima frio não sofreria os efeitos da derrubada de árvores, para Ilidro não estava isenta de sofrer consequências. Prova disso foi que esse continente iniciou a cultura do replantio das árvores, depois

chamada silvicultura. O autor se aproximava de uma ideia lançada por José Bonifácio, o qual ao mencionar os países do Oriente Médio, afirmava que antes de se tornarem desertos, eram repletos de florestas, fato que poderia se repetir no Brasil caso se continuasse com o ritmo de devastação. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº 11, 1860: 213).

É importante ressaltarmos, todavia, que embora o pensamento do agricultor tivesse dissonâncias, não se distanciava completamente dos seus contemporâneos. A natureza para ele era também um recurso a ser explorado para exclusivo benefício humano, como observamos na passagem que segue: “[...] Devemos procurar tirar partido das grandes vantagens, que nossa brilhante natureza nos oferece, e obter lucros extraordinários que nossa incúria tem feito abandonar”. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº 08, 1860: 141). Por outro lado, não podemos deixar de evidenciar o quanto o agricultor estava afinado com ideias que estavam sendo discutidas no Brasil referentes aos recursos naturais e sua importância para a agricultura e para a vida.

Ilídio retomou o tema dois anos mais tarde, quando escrevia para o *Correio Paulistano*. Suas reflexões continuaram, sobretudo, pautadas nas consequências que a destruição das matas poderia trazer para a agricultura. No artigo intitulado *Saneamento dos terrenos agrícolas em referência ao mal dos cafezais*, procurou verificar as causas dos males que assolavam os cafezais da Província do Rio de Janeiro, com o intuito de enfatizar medidas preventivas para a Província de São Paulo. Dentre essas medidas, o destaque foi para a conservação das matas nos arredores dos cafezais e nas montanhas. O agricultor evidenciou os efeitos sentidos no Rio de Janeiro pela extinção das matas, que já fazia sentir o aparecimento da praga dos cafezais, prenunciando a ruína dessa cultura:

Infelizmente vemos que os fazendeiros de café em nossa província vão procedendo com a mesma imprevidência daqueles do Rio de Janeiro, e consiste principalmente na ligação dos cafezais novos com os velhos e conseqüente descortinamento dos altos e colinas, e por isso no devastamento geral das matas. E se continuarem obstinadamente em semelhante sistema teremos de lamentar sem remédio, grandes reveses nesta importante cultura em época mais ou menos próxima [...] (CORREIO PAULISTANO, ano IX, 24/01/1862: 01).

Baseado nas observações de agrônomos, Ilidro enfatizou a importância das matas para o saneamento dos países. O papel fundamental exercido pelas matas estava associado a fenômenos meteorológicos, pois, para ele, as árvores eram capazes de absorver e expelirem água por meio de suas folhas. As árvores seriam responsáveis, portanto, pela absorção da umidade da terra por meio das raízes e a sua restituição à atmosfera, possibilitando a regularização das chuvas.

Considerando os efeitos principais da existência da matas, Ilidro retomava a ideia de que a devastação das matas diminuía a qualidade das águas correntes, devido à diminuição das chuvas e a evaporação mais rápida das águas pluviais, ao passo que as florestas opunham um obstáculo à evaporação, regularizando as correntes.

O problema das chuvas torrenciais, em decorrência da extinção das matas, novamente foi abordado pelo agricultor, que associou a existência de matas nos altos das colinas à condensação atmosférica em torno das árvores e a liberação de chuva benéfica. Sem as matas no alto dos morros, as chuvas torrenciais provocavam o engrossamento das planícies, deixando-as cobertas de pedras e areia, ocasionando a diminuição da fertilidade do solo.

A existência, portanto, das matas exerce decidida influência nas localidades, por que saneiam a terra, preservando-a de ruínas pelas torrentes, diminuem a violência dos ventos, e finalmente tornam mais salubre o ar de todo o país, decompondo os gases carbonados paludaneos, que misturados com o ar constituem a poderosa causa de insalubridade. (Correio Paulistano, ano IX, 24/01/1862: 01).

Para o agricultor, a destruição das florestas no alto dos morros destruíra também a esperança do cultivador. O papel importante representado pelas montanhas podia ser sentido a grandes distâncias e poderia ser desastroso, na medida em que ocasionava destruição em lugares destituídos de sua vegetação.

Das montanhas cobertas de matas é que nascem as fontes e os rios que orvalham e vivificam os campos. Eles moderam e vivificam os campos. Eles moderam a violência dos ventos, atraem e suspendem as nuvens, as quais condensando-se resolvem-se em chuvas. (Correio Paulistano, ano IX, 24/01/1862: 02).

A consequência imediata da destruição das matas das montanhas provocaria torrentes devastadoras, esterilizando as terras, diminuindo as vertentes e alternado o clima e o regime de chuvas benéficas. Para ele, a existência de matas contínuas poderia influenciar no clima agrônomico. A cultura do café de forma contínua, sem a intercalação, ou alternância, com a concomitante destruição das matas, seria prejudicial à própria cultura cafeeira:

Aconselha-se aos fazendeiros de café a necessidade de irem isolando as novas plantações de café, intercalando entre elas, e os velhos cafezais divisões largas das matas virgens ou capoeirões de modo que uma área cultivada com café fique sempre rodeada de matas com suficiente largura. E finalmente que não despvoem inteiramente as colinas ou encostas das matas que as cobrirem. (Correio Paulistano, ano IX, 24/01/1862: 01).

Carlos Ilidro argumentava, aparentemente em oposição a ideia tradicional de que a cafeicultura precisaria de terras novas, que o café não possuía predileção por terras muito ricas em húmus. Desta forma não seria necessário que os agricultores devastarem ainda mais as matas virgens para expandir a cultura:

Já vimos que o cafezeiro, se não rejeita absolutamente, pelo menos não tem predileção pelas terras muito ricas em húmus, esta razão seria suficiente para reduzir nossos lavradores a não devastarem as matas virgens nas terras de primeira ordem para a sua cultura porque estamos convencidos (e assim pensam muitos agricultores entendidos) que a única vantagem de ser mais suave o amanho das plantações (carpas) nos dois primeiros anos, e a colheita abundante dos gêneros alimentários que cultivam no mesmo terreno das plantações, não compensa o prejuízo real da distinção das matas virgens e torna muito mais penoso o trabalho nos cafezais nos seguintes anos. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº20, 1860: 384-385).

Desse modo, Ilidro acrescentava que, além da destruição das matas, o tratamento das ervas nocivas e parasitas, somando ainda as frequentes capinas nos terrenos virgens, seria muito maior do que em terrenos desembaraçados e destocados desde o princípio da cultura, concluindo que:

Portanto, é nossa primeira observação que em geral deve preferir-se as terras de primeira ordem já muito cultivadas e por isso desembaraçadas dos troncos de madeiras fixas, aptas em suma para serem com facilidade roteadas por instrumentos aratórios. Temos sustentado em nossos escritos e verificado pela prática, que as nossas terras de primeira ordem – safadíssimas tornam-se melhores para a produção quando são revolvidas pela charrua, do que as ordinárias ainda mesmo virgens. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº20, 1860: 384-385).

Para Ilidro a ignorância não poderia ser mais desculpa para a continuação do sistema tradicional de lavoura, pois existiam

muitos esforços por parte de alguns, como ele, que com a pena, a palavra e a imprensa intentavam penetrar entre todas as camadas de agricultores, ricos e pobres.

A preocupação de Carlos Ilidro da Silva com o revigoramento da agricultura refletia, em certa medida, uma sensibilidade em relação à natureza, visível desde o início do século XIX. (THOMAZ, 1988). Existia em seus escritos uma preocupação e consciência sobre os danos causados ao meio ambiente por uma agricultura tradicional, revelando a continuação de um pensamento defendido por outros agricultores e intelectuais, como sugere José Augusto Pádua.⁸

Carlos Ilidro considerava que os avanços científicos poderiam trazer benefícios para a agricultura, mas também que a técnica e o progresso não poderiam superar a ideia de que os recursos naturais deveriam ser preservados e melhor utilizados para que de fato ocorressem tais avanços. As ideias de aproveitamento de matérias orgânicas e de conservação das matas, associadas às iniciativas em relação ao revigoramento do solo, através do uso de arados, de adubos e alternância de cultura, entre tantas outras ideias defendidas pelo agricultor, demonstram que para uma parcela dos agricultores, o progresso não foi buscado a qualquer custo.

No que se refere ao período estudado, pudemos notar que através dos arranjos institucionais que se estruturaram ao longo do século XIX, a proposta de que os recursos da natureza poderiam e deveriam ser melhor utilizados não se limitava exclusivamente na Corte. A SAIN possibilitou a ampliação desse debate para a província de São Paulo através do *Agricultor Paulista*. Houve, portanto, a ampliação das discussões que ocorriam nos espaços institucionais

⁸ “Existiu um campo de reflexão, no entanto, onde o pensamento brasileiro foi capaz de desenvolver um clara postura crítica a partir da década de 1830, inclusive enveredando para críticas mais diretas ao escravismo. Foi no interior da literatura agrícola, aspecto crucial do debate econômico no Brasil oitocentista, que reapareceram os elementos de uma aproximação entre os problemas da destruição ambiental e do trabalho servil”. PADUA, 2004: 233 e 234).

do Brasil Imperial. Nesse sentido, os trabalhos realizados por Ilidro, que incluem a escola prática de agricultura, os periódicos *Agricultor Paulista* e *25 de Março*, e os artigos do *Correio Paulistano*, deixam transparecer a amplitude das reflexões e da sensibilidade em relação ao mundo natural, que por vezes, ultrapassaram os limites da Corte e atingiram o interior do país.

Outra questão importante diz respeito à agricultura racionalizada. Por algum tempo se convencionou aceitar que a implantação de uma agricultura racionalizada, adotada em decorrência do problema da mão-de-obra e do fetiche da modernização tenha sido um dos fatores que permitiram acelerar a exploração dos recursos naturais. Notamos que havia no Brasil um pequeno grupo de agricultores que não partilhava dessa ideia, e buscou associar a técnica à preservação e ao melhor aproveitamento dos recursos naturais. Dentre eles está o agricultor Carlos Ilidro da Silva, que através de seu periódico, publicou alternativas para o revigoramento da agricultura no país. Apesar de notarmos em seus escritos o pensamento utilitarista e progressista, com enaltecimento do domínio do homem sobre a natureza e a ênfase na ideia de terra produtiva, a presença de uma sensibilidade em relação ao mundo natural predominou nos seus discursos.

O ideário de Carlos Ilidro da Silva não pode ser dissociado dos vínculos mantidos por ele com instituições da época, meados do século XIX, que tiveram como objetivo promover o que consideravam o progresso da agricultura no Brasil. Do mesmo modo, evidenciamos que suas ideias, juntamente a de toda uma geração, ávida pelas transformações geradas pela modernidade, percebiam a natureza como mais um elemento do progresso, o que não implica em desconsiderar a existência de sensibilidades em relação ao mundo

natural, mas que também a ideia de que a natureza poderia ser um obstáculo para esse mesmo progresso.

Ao refletir sobre o que era considerado o atraso da agricultura e propor medidas para sua superação, em muitos dos seus escritos ele associou a questão agrária à questão florestal. Diante do abandono no qual continuavam os agricultores, segundo ele, não haveria outro futuro senão “preparar para nossos filhos uma herança que lhes fará com razão dizer: - Nossos pais acharam a riqueza natural, a herança de Deus, e esbanjando-a, legaram-nos a miséria artificial, a herança de seus erros”. (O AGRICULTOR PAULISTA, nº20, 1860: 411).

Referências Bibliográficas

Periódicos:

O Agricultor Paulista, Itu, 1860.

Correio Paulistano, ano IX, 24/01/1862.

HENRIQUES, Antonio José. **Discurso com que o ilustríssimo e excelentíssimo senhor conselheiro Antonio José Henriques, presidente da província de São Paulo, abriu a Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1861**. S. Paulo, Typ. Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, 1861, p.40.

Livros e Artigos:

BARRETO, Patrícia Regina Correa. **SAIN: o templo carioca de Palas Atena**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: oficina de homens**. XIII Encontro de História Anpuh-Rio. Rio de Janeiro, s/d.

CANABRAVA, Alice P. **O Algodão em São Paulo. (1861-1875)**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1984.

_____. Uma fazenda modelo em São Paulo. In: **IX Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. O homem e a técnica**. Vol. 1 - 4. São Paulo: 1979.

DE ANDRADE, André Luis Alípio. **Variações sobre um tema: a SAIN e o debate sobre o fim do tráfico de escravos**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2002.

PADUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SADER, Maria Regina C. de Toledo. **Evolução da paisagem rural de Itu num espaço de 100 anos**. Dissertação de Mestrado, s/d.

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada**. São Paulo: Huitec, 1986.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SEVCENKO, Nicolau. Astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando. **História da vida privada no Brasil, v. 3**. p. 07-27. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

THOMAZ, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

TRINDADE, Jaelson; TOSCANO, João Walter. **Diagnóstico Geral da Cidade de Itu para a implantação de um programa de ação cultural**. Vol. II. São Paulo: CONDEPHAAT, s/d.

Artigo recebido em 09/08/2011

Artigo aceito em 20/12/2011